



## **Impactos da suspensão das atividades escolares: um acompanhamento de indicadores educacionais frente a eventos de afastamento da escola e à COVID-19**

Catharina da Cunha Glória<sup>1</sup>

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Fernandes Leite<sup>2</sup>

### **Introdução**

Em 2020 nos deparamos com o início de uma pandemia mundial e por mais que tenhamos enfrentado uma série de epidemias virais nas últimas décadas, nenhuma delas provocou efeitos tão intensos quanto a COVID-19. A disseminação do novo coronavírus e o combate da doença mobilizou uma grande cadeia de ações, como a execução de intervenções não-farmacológicas, estudos sobre os sintomas, formas de contágio e tratamentos, além da incansável busca por medicamentos e vacinas eficientes. Contudo, faz-se também necessária a compreensão da pandemia como um fenômeno social, pois a transmissão do vírus, suas variadas medidas de enfrentamento e seus efeitos associam-se às relações e estruturas sociais, cujas fragilidades são agravadas durante as crises que atravessam e sucedem uma pandemia. As áreas que analisam os fenômenos sociais e as consequências frente sociedades formadas por grandes desigualdades – o caso do Brasil – reafirmam o caráter essencial de suas pesquisas para a superação do cenário atual.

Esta iniciação científica é um recorte da pesquisa maior intitulada “Escarolarização e Pandemia: análise de trajetórias e equidade”, ainda em desenvolvimento e em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A pesquisa foi iniciada em julho de 2020 e, dada a temática diretamente relacionada ao contexto vigente, optou-se pelo primeiro compartilhamento das análises e resultados parciais das seguintes frentes de estudo: o adoecimento do indivíduo como fenômeno social e impactos da suspensão das atividades escolares como efeito da pandemia nos locais analisados pela pesquisa. Para esse recorte foram utilizados os dados do IDEB do período de 2007 a 2019 para o estado do Tocantins e para o Brasil, buscando identificar situações anteriores a 2020 com a finalidade de comparação com as situações impostas pela COVID-19 nas atividades escolares. A opção pelo estado do Tocantins foi por ele fazer parte de outra pesquisa de acompanhamento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que abordou a metas do PNE, produziu estudos e organizou indicadores educacionais para a região que engloba o estado (LEITE, 2020).

O isolamento como intervenção não farmacológica para o enfrentamento da COVID-19 revela, desde o princípio da pandemia, o encadeamento entre as relações de convívio social e a transmissão da doença. Esta ação, associada a outras medidas preventivas, não só evitam uma exponencial multiplicação do vírus, como possibilitam tempo para o preparo dos equipamentos de saúde e identificação dos casos. Entretanto, pesquisas vêm relatando o vínculo entre os fatores de contágio, agravamento e fatalidade da doença e a desigualdade social.

---

<sup>1</sup> Graduanda no curso de Licenciatura e Bacharelado em Dança pelo Instituto de Artes da Unicamp. E-mail: [catharinacgloria@gmail.com](mailto:catharinacgloria@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora Doutora da Faculdade de Educação da Unicamp. E-mail: [sfleite@unicamp.br](mailto:sfleite@unicamp.br)

O acesso a materiais de higienização, serviços de saúde e saneamento básico; possibilidade de isolamento social e adaptação ao trabalho remoto; reserva de recursos financeiros e bens de consumo são premissas, por vezes invisibilizadas, para a real aplicabilidade de tais medidas preventivas. Para somar aos fatores de desigualdade, Carvalho et al. (2020) apresentam um relatório acerca da distribuição dos fatores de risco no Brasil. Segundo dados trazidos pelas autoras, comorbidades que podem levar ao quadro grave da COVID-19 encontram-se proporcionalmente muito mais presentes em pessoas que declararam ter frequentado apenas o ensino fundamental.

Apesar da possibilidade de que a doença atinja de forma distinta as diferentes parcelas populacionais, o adoecimento em massa da classe trabalhadora gera consequências dentro de toda a cadeia organizacional. Em uma pandemia, o vírus “na ausência de segregação absoluta e isolamento social ‘entre categorias’, ele potencialmente atinge todos os grupos” (FIGUEIREDO SANTOS, 2020, p. 4). Trata-se assim do desprendimento da ideia de individualização à coletividade da doença, estando diretamente relacionada ao contato e trânsito territorial, ou seja, à construção do dinamismo social no espaço.

No Brasil, compreendendo seu tamanho continental, há também uma variação no avanço da COVID-19. Há estados, como São Paulo, que fizeram parte da primeira onda da doença no país e outros que estão passando pelo aumento no número absoluto de mortes agora. Assim, com diferentes curvas e comportamentos da doença, os estados não estão sofrendo da mesma forma, nem de intensidade e nem em temporalidade. A tabela abaixo apresenta o número total de mortes registradas no Brasil e nos estados de São Paulo e Tocantins em 2019 e 2020.

Tabela 1. Total de óbitos registrados no Brasil, São Paulo e Tocantins.

<b>Brasil</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>São Paulo</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Tocantins</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Jan	107978	109472	Jan	27858	28510	Jan	560	561
Fev	91532	92029	Fev	22885	22030	Fev	433	461
Mar	96564	105274	Mar	23574	26818	Mar	428	525
Abr	104331	113113	Abr	25465	28031	Abr	502	476
Mai	111396	130966	Mai	27889	29762	Mai	545	490
Jun	104025	133234	Jun	26797	34843	Jun	468	553
Jul	120520	137763	Jul	31306	35030	Jul	556	683
Ago	108368	128517	Ago	27518	31943	Ago	526	758
Set	105010	120107	Set	25898	31397	Set	470	718

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (2020)

Nesse cenário de pandemia, a Educação foi bastante impactada com a suspensão das atividades escolares. Uma possibilidade que se vislumbra para as redes de educação é o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) que aprovou em 06 de outubro de 2020 o ensino remoto até dezembro de 2021 e a possibilidade de junção dos anos letivos de 2020 e 2021. Embora o texto ainda precisa ser homologado pelo Ministro da Educação, compreende-se que essa resolução pode apontar caminhos para que as redes consigam se organizar diante do cenário da pandemia (VARELA et al., 2020). Neste trabalho de iniciação científica propomos uma forma de tentar acompanhar os impactos desse afastamento das atividades escolares, usando um recorte territorial no estado do Tocantins e um recorte temporal entre 2007 e 2019.

### **Proposta de acompanhamento de indicadores educacionais e eventos de afastamento das atividades escolares**

O estado do Tocantins decretou a partir do dia 16 de março a suspensão de suas atividades presenciais da rede estadual de ensino. Uma série de decretos foram publicados no Diário Oficial de março de 2020 até julho de 2020. Primeiramente destacando as orientações para a rede estadual e em seguida para todos os estabelecimentos de ensino com sede no Estado do Tocantins, públicos ou privados, como escolas e universidades. Ainda assim, dúvidas sobre os

efeitos da pandemia na qualidade educacional preocupam gestores, educadores, pesquisadores, estudantes e seus familiares.

Com o objetivo de propor uma forma de acompanhar os indicadores educacionais durante a pandemia, foram buscadas diferentes situações de suspensão das atividades escolares em outros momentos. Dada a inexistência de outro cenário recente de crise mundial de saúde, recorreu-se ao estudo dos efeitos de greves de longa duração na rede estadual de ensino. No caso do Tocantins, foram analisadas situações de greve ocorridas de 2010 a 2019 e, para esta pesquisa, considerou-se aquelas com período maior de 30 dias e de abrangência estadual. Destacou-se os três seguintes anos: 2014, com uma greve de duração de 35 dias; 2015, com duração de 83 dias e 2016, com 91 dias de suspensão das atividades.

Para a análise das consequências na qualidade do ensino, foram comparados os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (2007 a 2019) da totalidade do território brasileiro e do estado do Tocantins. O IDEB é calculado com base na taxa de rendimento escolar e no desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e na Prova Brasil (INEP, 2020).

Para essa proposta de acompanhamento, foram geradas tabelas comparativas entre os dados do IDEB do Brasil e do Tocantins, buscando identificar a variação entre o índice do Brasil e do Tocantins. A tabela 2 apresenta os indicadores do IDEB para a 4ª série/5º ano, 8ª série/9º ano e 3ª série do Ensino Médio com uso da cor para indicar crescimento/diminuição.

Tabela 2. IDEB do Brasil e do Tocantins para 4ª série/5º ano, 8ª série/9º ano e 3ª série do Ensino Médio.

Ano	IDEB 4ª série / 5º ano			IDEB 8ª série / 9º ano			IDEB 3ª série Ensino Médio		
	Brasil	Tocantins	Diferença	Brasil	Tocantins	Diferença	Brasil	Tocantins	Diferença
2007	4,3	4,2	0,1	3,6	3,6	-	3,2	3,1	0,1
2009	4,9	4,5	0,4	3,8	3,9	-0,1	3,4	3,3	0,1
2011	5,1	4,9	0,2	3,9	3,9	-	3,4	3,5	-0,1
2013	5,4	5,1	0,3	4,0	3,7	0,3	3,4	3,2	0,2
2015	5,8	5,0	0,8	4,2	3,8	0,4	3,5	3,3	0,2
2017	6,0	5,8	0,2	4,5	4,4	0,1	3,5	3,7	-0,2
2019	6,1	5,8	0,3	4,7	4,4	0,3	3,9	3,9	-

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do INEP (2020)

Em relação aos dados da 4ª série/5º ano, pela variação da cor de vermelho para verde, percebe-se que tanto o Brasil quanto o Tocantins tiveram crescimento do IDEB no período de 2007 a 2019. A coluna de diferença mostra quantos pontos variaram entre o IDEB do Brasil e o do Tocantins. A média dessa diferença entre 2007 e 2019 foi de 0,3. Percebe-se uma variação mais alta no ano de 2015, com o valor de 0,8, cerca de 2,5 vezes maior do que a média. Essa variação fica mais evidente no gráfico 1.

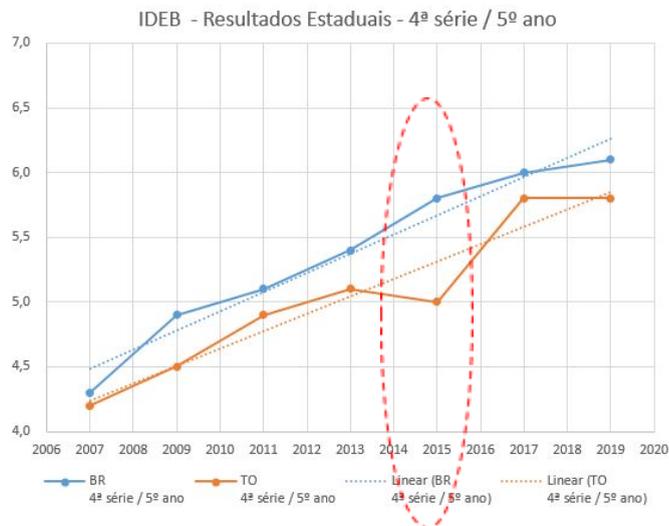


Gráfico 1. Evolução do IDEB de 4ª série/5º ano para o Brasil (azul) e Tocantins (laranja)

Observando a linha de tendência (pontilhada em azul para o Brasil e pontilhada em laranja para o Tocantins), elas são praticamente paralelas, indicando que essa variação de 2015 não parece ter gerado grande impacto na tendência de crescimento geral.

Aplicando o mesmo raciocínio para o IDEB de 8ª série/9º ano e de 3ª série do Ensino Médio, pode-se observar situações semelhantes nos gráficos 2 e 3.

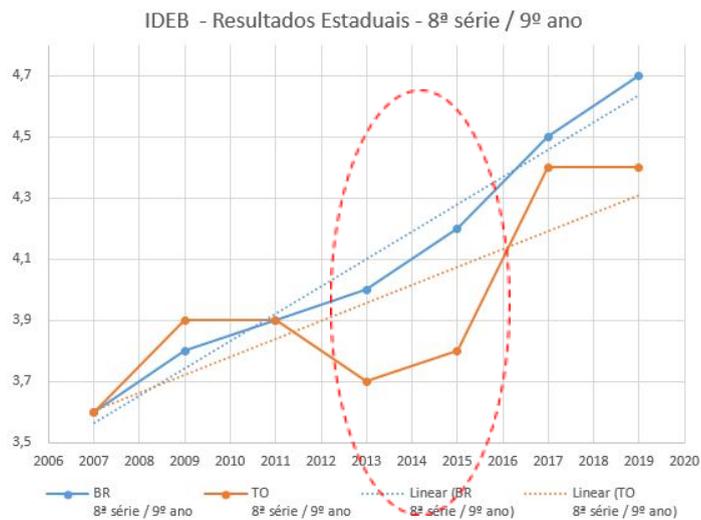


Gráfico 2. Evolução do IDEB de 8ª série/9º ano para o Brasil (azul) e Tocantins (laranja)

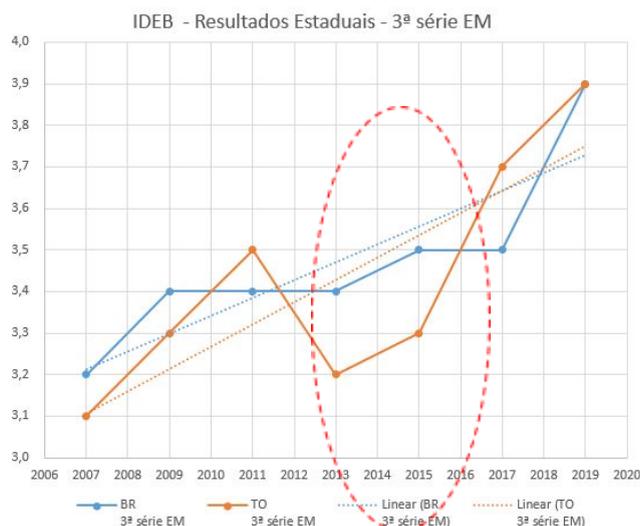


Gráfico 3. Evolução do IDEB de 3ª série do Ensino Médio para o Brasil (azul) e Tocantins (laranja)

## Discussão e considerações finais

No caso da 4ª série / 5º ano, antes de 2013/2015, aparentava ser uma situação de que Brasil e Tocantins cresciam juntos, em paralelo, mas o Tocantins abaixo do Brasil. Após o evento 2013/2015, parece que o Tocantins se recupera, mas continua na tendência. No caso da 8ª série / 9º ano, antes de 2013/2015, aparentava ser uma situação de que Brasil tendia a crescer mais rápido que o Tocantins. Após o evento 2013/2015, o Tocantins se recupera, mas parece crescer mais lentamente. No caso da 3ª série do EM, antes de 2013/2015, aparentava ser uma situação de que o Tocantins crescia mais rápido que o Brasil. Após o evento 2013/2015, o Tocantins recupera e tende a passar o Brasil, crescendo mais rápido.

Estes resultados levantam uma primeira hipótese de que as suspensões das atividades escolares, em decorrência das greves de longa duração, surtiram algum comportamento abrupto nos índices do IDEB. Porém, destaca-se que, mesmo com o evento 2013/2015, há um movimento de recuperação em 2017 e assim não aparenta ter um grande impacto na tendência de crescimento geral do estado. Ou seja, mesmo após períodos de turbulência, as redes tendem a se recuperar nos anos seguintes.

Para além do afastamento da escola, esta pesquisa prevê o estudo de outros fatores que podem impactar o desempenho da Educação, como a fragilização das famílias com a morte de crianças e responsáveis (mãe, pai, parentes próximos etc.) e do ensino e gestão escolar, com o óbito de professores e funcionários. Também pretende-se expandir as análises para os outros estados da região do Matopiba - Maranhão, Piauí e Bahia. Com o andamento da pesquisa maior e a liberação dos indicadores IDEB de 2020 será possível realizar mais comparações.

## Referências bibliográficas

CARVALHO, L.; PIRES, L. N.; XAVIER, L.L. **COVID-19 e desigualdade no Brasil**. *Experiment Findings* · April 2020, p.1-3. DOI: 10.13140/RG.2.2.27014.73282.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Covid-19, causas fundamentais, classe social e território. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00280

INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. 2020. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em 01/10/2020.

LEITE, S. F. **Mapeamento das metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 na região dos cerrados do centro-norte do Brasil: um estudo quantitativo e qualitativo**. 2020. <https://sites.google.com/view/cerradoscentronortebrasil/>. Acesso em 01/10/2020.

VARELA, Gabrielle; GELENSKE, Cecília; LIMA, Kevin. **Conselho Nacional de Educação aprova ensino remoto até dezembro de 2021**. CNN Nacional. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/10/06/conselho-nacional-da-educacao-aprova-ensino-remoto-ate-dezembro-de-2021> Acesso em 15/10/2020.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Registros**. 2020. Disponível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br/registros>. Acesso em 14/10/2020.